



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 321/2013

Fica instituído como Patrono do Comércio do Estado do Paraná, Idelfonso Pereira Correia, o Barão do Cerro Azul.

**Art. 1º** Institui-se como Patrono do Comércio do Estado do Paraná, Idelfonso Pereira Correia. O Barão do Cerro Azul.

**Parágrafo único.** Para reverenciar a sua memória, fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia do Patrono do Comércio Paranaense, a ser comemorado anualmente no dia 16 de julho.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2014.

ALEXANDRE CURTI  
Presidente

Relator

*Relator assina*

*Relator assina*

*Relator assina*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 98/2014**

Altera a Lei nº 7.626, de 9 de julho de 1982, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** A Lei nº 7.626, de 9 de julho de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rondon, com sede no Município de Rondon e foro no Município de Cidade Gaúcha.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rondon, com sede no Município de Rondon e foro no Município de Cidade Gaúcha.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2014.

ALEXANDRE CURI  
Presidente

Relator  
Rafael



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

## **PROJETO DE LEI 202/14**

**Súmula:** Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 17.876, de 19 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo efetuar doação de imóvel ao Município de Piraquara.

### **A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** O art. 2º da Lei 17.876, de 19 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A faixa de terra em questão, delimitada em levantamento constante do processo protocolado sob nº 12.124.076-9, fica gravada com cláusula de inalienabilidade e será destinada, exclusivamente, à duplicação da Avenida São Roque, naquele Município, devendo iniciar-se no prazo máximo de um ano, retornando ao patrimônio do Estado, em caso de utilização diversa.”

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM  
Nº 026 /2014

Curitiba, 02 de maio de 2014

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 07 MAIO 2014

1º Secretário

Senhor Presidente

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências

Em, 06/05/2014

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

SGP

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao art. 2º da Lei nº 17.876, de 19 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo efetuar doação de imóvel ao Município de Piraquara.

O mencionado artigo atualmente tem a seguinte redação:

"Art. 2º A faixa de terra em questão, delimitada em levantamento constante do processo protocolado sob nº 12.124.076-9, fica gravada com cláusula de inalienabilidade e será destinada, exclusivamente, à duplicação da Avenida Brasília, naquele Município, devendo iniciar-se no prazo máximo de um ano, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa."

Com a ora proposta nova redação passará a ter a seguinte redação:

"Art. 2º A faixa de terra em questão, delimitada em levantamento constante do processo protocolado sob nº 12.124.076-9, fica gravada com cláusula de inalienabilidade e será destinada, exclusivamente, à duplicação da **Avenida São Roque**, naquele Município, devendo iniciar-se no prazo máximo de um ano, retornando ao patrimônio do Estado, em caso de utilização diversa."

A presente medida é necessária eis que, na lei cuja alteração é aqui proposta, houve equívoco no nome da avenida a ser duplicada, pois o nome correto é Avenida São Roque e não Avenida Brasília como constou no referido artigo.


Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 12.124.076-9

SECRETARIA DE  
**ESTADO DE GOVERNO****Sistema Estadual de Legislação**

Pesquisa Rápida, voltar

**Exibir Ato** Página para impressão

Lei 17876 - 19 de Dezembro de 2013

**Alterado** Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 9111 de 20 de Dezembro de 2013**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Piraquara.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Piraquara, de faixa de terreno com 10.345,00 m<sup>2</sup>, parte do imóvel constituído por área de 968.000,00 m<sup>2</sup>, de propriedade do Estado do Paraná, sob Transcrição das Transmissões nº 16.917 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca da Capital.

**Art. 2º.** A faixa de terra em questão, delimitada em levantamento constante do processo protocolado sob nº 12.124.076-9, fica gravada com cláusula de inalienabilidade e será destinada, exclusivamente, à duplicação da Avenida Brasília, naquele Município, devendo iniciar-se no prazo máximo de um ano, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

**Art. 3º.** O Município fica responsável por todos os atos cartoriais decorrentes, cuja regularização deverá dar-se no prazo máximo de um ano.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de dezembro de 2013

*Carlos Alberto Richa*  
Governador do Estado*Dinorah Botto Portugal Nogara*  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência*Cezar Silvestri*  
Secretário de Estado de Governo*Reinhold Stephanes*  
Chefe da Casa Civil

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 202/2014



**Projeto de Lei nº 202/2014**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 026/2014**

**Súmula:** Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 17.876, de 19 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo efetuar doação de imóvel ao Município de Piraquara.

**EMENTA:** ALTERA A LEI Nº 17.876/2013. DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA. ART. 12, INC, III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 10 E 65 DA CE. ART. 17 DA LEI 8.666/93. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 26/2014 visa alterar a Lei nº 17.876/2013, haja vista, consta na mencionada lei a destinação exclusiva do imóvel para duplicação da Avenida Brasília, enquanto que, o correto, é Avenida São Roque.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A:** Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Da análise, verifica-se que o objetivo é alterar a Lei nº 17.876/2013, o que resta perfeitamente possível, nos termos da Lei Complementar nº 95/98, artigo 12, inciso III, seguinte:

**Art. 12** A alteração da lei será feita:

(...)

III – nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, quanto ao assunto, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)**

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)**

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

**Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:**

(...)

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i; Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009**. (grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, salienta-se a possibilidade do retorno do imóvel doado, ao patrimônio do Estado, em caso de destinação diversa, conforme § 1º da referida Lei:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça




§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário. (grifo nosso)

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.




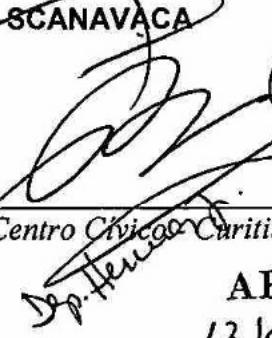
## CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 13 de maio de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

13/05/14 



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 202/2014**

**Projeto de Lei nº 202/2014**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 026/2014**

**Súmula: Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 17.876 de 19 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo efetuar doação de imóvel ao Município de Piraquara.**

### **I – PREÂMBULO**

O presente **Projeto de Lei 202/2014** de autoria do Poder Executivo, através da **Mensagem 026/2014**, dá nova redação ao Art. 2º da Lei nº 17.876 de 19 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Piraquara-PR, para duplicação de Avenida, conforme especifica.

### **II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 202/2014**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Piraquara no Estado do Paraná, com a alteração de dispositivo da Lei Estadual nº 17.876 de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel para ampliação de avenida no referido Município. Tal proposição em análise se faz necessária para correção de um erro material de redação do artigo 2º, o qual passa a conter o nome correto da avenida a ser duplicada, citando-se como Avenida São Roque, que erroneamente havia sido grafada como “Avenida Brasília”. Este processo apenas facilita a utilização da área destinada para o fim específico gravado em cláusula de inalienabilidade, já que a divergência de informações poderia comprometer o uso correto do imóvel e trazer futuramente dificuldades de legalização da área. Assim a utilização do imóvel doado fica dentro dos critérios formais e legais, destinando-se única e exclusivamente em benefício comum de toda a população.

Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com obras e ações no local que fortalecerão de forma direta o



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**  
Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



crescimento e desenvolvimento em Piraquara, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 202/2014 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 026/2014 a qual apenas corrige informações importantes referentes à utilização da área doada pelo Executivo ao Município de Piraquara. Neste caso, ganha um mérito indiscutível ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

**Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**  
**I Existência de interesse público devidamente justificado;**  
**(...)**  
**(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)**

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de uso exclusivo ao bem comum de maneira específica e devidamente justificada.

### **III – CONCLUSÕES**

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º,





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**  
Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



**Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).**

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 202/2014**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

#### **IV – VOTO DO RELATOR**

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Fernando Scanavaca, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis ao município de Piraquara, ao corrigir informações importantes quanto à utilização do imóvel, merecendo total apoio desta Comissão.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 202/2014**, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**  
**Sala das Comissões em 20 de maio de 2014.**

*Jonas Guimarães*

*Francisco Buhrer*  
**FRANCISCO BUHRER**  
Presidente da Comissão

*Teruo Kato*  
**TERUO KATO**  
Relator

*Adelino Ribeiro*  
*Elton Welter*  
*Pastor Edson Praczyk*